

O RIGOR NA INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA⁰

REFLEXÕES SUSCITADAS PELA LEITURA DO LIVRO
“MATEMÁTICA EM PORTUGAL - UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO”
DE JORGE BUESCU

Luís Saraiva

Coordenador Geral do Seminário Nacional de História da Matemática
CMAF, Universidade de Lisboa

Resumo: Com base na leitura do livro de Jorge Buescu “*Matemática em Portugal – Uma Questão de Educação*”, são feitas considerações sobre a análise em história da Matemática, com especial incidência sobre questões da história da Matemática Portuguesa mencionadas neste livro. Em particular, serão focalizadas a análise histórica da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus, a acção científica do Marquês de Pombal e a actividade de António Aniceto Monteiro e da chamada *geração matemática portuguesa de 40*.

1 Introdução

Jorge Buescu é um matemático e um divulgador da Matemática com obra feita, um colega da Faculdade de Ciências de Lisboa que conheço há anos e que considero ser um dos elementos de valor da Universidade Portuguesa.

Creio que na origem do livro *Matemática em Portugal – Uma Questão de Educação*¹ está a tese que nele é defendida: para Portugal poder ter uma geração de matemáticos com influência e trabalho original a nível mundial, é uma pré-condição que o ensino da matemática seja, a todos os níveis, de qualidade, rigor e exigência, acompanhado de um conjunto de mecanismos que permitam perceber, à nascença, o aparecimento de talentos e que estes sejam apoiados por uma estrutura adequada durante a sua formação.

Esta é uma tese que não é nova e, com possíveis variantes, é defendida há muito pela comunidade dos matemáticos portugueses produtores de trabalho de investigação, a qual, como o autor reconhece, cresceu muito em qualidade e em número, principalmente nos últimos 30 anos. É ainda uma realidade que, apesar de haver consenso, desde há muito, em torno desta proposta, os

⁰Não é utilizado neste texto o novo acordo ortográfico.

¹Fundação Francisco Manuel dos Santos, Ensaios da Fundação, 2012.

sucessivos governos não deram prioridade ao estabelecimento de um ensino da matemática com estas características. Pelo contrário, mantêm-se situações anómalas que têm como consequência vermos chegar ao ensino superior percentagens alarmantes de alunos com as mais graves deficiências em matemática elementar, com dificuldades em processos matemáticos base, o que seria inimaginável há uma vintena de anos atrás.

O autor coloca um objectivo ambicioso para o seu ensaio: procura fazer uma análise histórica da matemática portuguesa desde os seus primórdios, na tentativa de encontrar uma explicação para aquilo que enuncia como realidade: ao longo da história não ter havido, entre os matemáticos portugueses, quem tenha tido uma intervenção decisiva na matemática a nível internacional.

2 Um livro sobre história da Matemática onde está ausente a prática da história da Matemática

Há uma questão base sobre este livro que não é nele explicitada: que tipo de livro é? Faz falta um prefácio, onde o autor defina o âmbito, os objectivos e as características do seu livro, porque isso, muito provavelmente, eliminaria certas ambiguidades que a obra contém. Uma vez lido este livro, concluo que se trata de um ensaio que envolve história mas que não tem uma argumentação histórica, o autor limita-se a enunciar um conjunto de opiniões, a maior parte das vezes sem qualquer comprovativo factual ou de fontes que apoiem as suas afirmações.

Mesmo estando incluído numa série de publicação de ensaios, o facto de este texto sair em livro faz esperar um modo de escrever diferente daquele que se usa num artigo de opinião ou num artigo de revista. Pensar-se-ia encontrar um texto mais complexo e argumentado, com a explicitação do porquê da sua argumentação, com a indicação das fontes em que se baseia, enfim, dando ao leitor a possibilidade de confrontar o que o autor diz com as fontes utilizadas. Nada disso se passa neste livro. Surpreendentemente, quase nunca se indicam as fontes em que o autor se baseia, e apenas algumas (muito poucas) vezes são mencionados autores portugueses, sem indicação da fonte ou a sua data. Enquanto dois desses autores ainda são mencionados na reduzidíssima (e muito desigual) bibliografia final², chega-se ao extremo de citar um autor, João Filipe Queiró, sem qualquer indicação da origem

²Aliás creio que o autor tem consciência desta fraqueza, e apenas intitula a Bibliografia “Para saber mais”.

da citação, não incluindo qualquer texto deste matemático/historiador na bibliografia. A consequência prática disto é que, se o texto for lido por um leitor que não esteja informado sobre o tema, ele nada poderá fazer aí para procurar a adequação e correcção do que o autor afirma. Não se trata, pois, de um livro como é costume considerar, antes se aproxima de um extenso artigo de opinião.

Parece-me que há uma deficiência básica que afecta, praticamente, todo o texto³. O autor cai no mesmo erro que aponta, correctamente, na prática da matemática: diz Jorge Buescu que não pode fazer boa matemática quem não teve condições de aprender, com excelência, ao longo da sua vida. Como indica na p. 90 “o ensino da Matemática é implacavelmente cumulativo”. Tem de se dizer a mesma coisa a quem faz história da matemática, ainda mais num assunto tão complexo como aquele que o autor escolhe para abordar: sem conhecer e trabalhar a fundo e directamente os assuntos em questão não se consegue fazer uma reflexão documentada e pertinente sobre um tema de história da Matemática. Não basta conversarmos com alguns historiadores ou lermos alguns dos seus escritos para podermos fazer análises históricas significativas. É preciso desenvolvermos essa prática, que passa também por nos informarmos sobre o que foi e é feito na área que queremos analisar, reunir documentação, comparar fontes. Não se pede que se seja um historiador da Matemática, mas é necessário ter-se um conhecimento abrangente da área que se aborda, daquilo que já foi feito e discutido, e ter-se consciência da especificidade do trabalho em história da Matemática, substancialmente diferente daquele que é feito em Matemática. E o autor, aqui, dá todos os indícios de ser muito exterior a esta área, não ter feito pesquisa e desconhecer muito do que se escreveu sobre a história da Matemática portuguesa⁴. Parece ser uma missão impossível fazer um balanço credível dos oito séculos da nossa história matemática, estando tão de fora dos assuntos em questão.

³Com excepção de dois capítulos: “O que é e para que serve a Matemática?”, pp. 26–38, e o último capítulo, “Portugal e o futuro”, pp. 90–95. Este último, aliás, podia e merecia ter publicação separada, pois não depende do que está anteriormente escrito e, tal como de algum modo o primeiro, não se baseia em qualquer interpretação de cunho histórico. A falta de ligação com os capítulos anteriores pode querer dizer que o texto deste capítulo ou já estava escrito antes dos restantes, ou que o autor já tinha a opinião definida sobre o que ia escrever, antes de qualquer aproximação histórica.

⁴É apenas um pequeno apontamento, mas parece-me revelador: numa citação de João Queiró (p. 52), que não podemos consultar uma vez que não é dada referência, não se deu conta que Queiró está a ecoar uma tese já muito antes conhecida, de Vicente Gonçalves, quando este faz na Academia das Ciências, em 1962, o elogio histórico de Pedro José da Cunha.

Parece-me sintomático da sua exterioridade a esta área o facto de a sua argumentação, (de alguém que quer contrapor a uma interpretação errónea aquela que considera correcta) ser desenvolvida em relação ao que chama a “linha convencional da história do desenvolvimento científico em Portugal”, ou “narrativa convencional” (p. 12). Esta concepção, que na matemática foi pela primeira vez formulada por Garção Stockler no seu ensaio [1] de 1819 sobre a história da matemática portuguesa (que Stockler procura descrever desde as suas origens até à fundação da Academia das Ciências de Lisboa em 1779) foi durante muito tempo aceite sem discussão. Só nos anos 40 do século XX é que se começaram a questionar algumas das suas interpretações [2] e hoje é algo já considerado, no seu essencial, como uma interpretação datada da história matemática portuguesa. Mais concretamente, e pelo menos no que diz respeito à matemática, há cerca de 20 anos que ela foi mais uma vez questionada, quando uma nova geração de investigadores em história da matemática começou a trabalhar o nosso passado matemático. Para quê opor-se agora a algo que já há muito não tem aceitação? O mesmo se passa em relação a outros temas, como o da pretensa “Escola de Sagres”. Há muito que este erro foi apontado, e certamente que não há dúvidas entre os investigadores em História da Náutica. O autor também o afirma. Então para quê estar aqui a mencioná-lo? Acrescenta “apesar de há mais de meio século este facto estar bem estabelecido, por razões que não nos cabe aqui analisar [sublinhado nosso], ele recusa-se teimosamente a desaparecer” (p. 41). Recusa-se a desaparecer para quem? Não é certamente para os investigadores. Qual a evidência desse mito persistir? Nada é dito. Por outro lado, o interessante, se isso de facto se dá, seria mesmo a sua análise, até por que o autor lhe chama “provavelmente o maior mito colectivo da nossa História” (p. 41). Mas nada é adiantado.

Tem havido, nestes últimos 20 anos, múltiplas publicações internacionais e nacionais sobre a história da matemática portuguesa, descoberta de novos textos, reavaliações dos autores e textos do passado, realização de congressos, estabelecimento de laços de trabalho com especialistas da comunidade internacional de historiadores da Matemática. Há um saldo muito positivo nos resultados do trabalho realizado nas últimas duas décadas. Pela omissão, parece que o autor desconhece a pesquisa e os trabalhos feitos por estes investigadores.

3 Questões de análise de história da Matemática

3.1 Introdução

A falta de prática do autor no campo da história da Matemática é evidenciada ao longo do texto. Chamo a atenção para a forma como apresenta a obra de Gomes Teixeira “*História das Matemáticas em Portugal*”, publicada em 1934, um ano após a sua morte, sendo portanto uma obra de algum modo incompleta, não incluindo tudo o que Gomes Teixeira tinha projectado para ela. Esta história é um marco na historiografia matemática em Portugal, pois representa um corte e um salto qualitativo em relação ao que anteriormente se escreveu nas histórias da Matemática em Portugal: pela primeira vez se tem uma obra em que o foco está na análise dos conceitos matemáticos, considerados de um ponto de vista histórico. Até então (com Stockler, Rodolfo Guimarães, Pedro José da Cunha, entre outros) a história da matemática era essencialmente considerada como a história dos matemáticos e das instituições, não estando o seu foco essencialmente centrado nos conceitos matemáticos. Podem ser levantadas questões relativamente a interpretações históricas de Gomes Teixeira, mas é esta grande mudança que é trazida por este matemático/historiador que lhe dá uma enorme importância no panorama historiográfico português. É ele quem instaura, pela primeira vez, uma análise moderna em história da Matemática. É ele quem traz a análise matemática dos textos para o livro de história. Essa mudança e esse foco são completamente actuais e relevantes hoje. O que diz Jorge Buescu desta obra de Gomes Teixeira?

“[...] tem oito décadas. Mas, pior que isso, revela uma perspectiva histórica ultrapassada e anacrónica. Abstraindo da análise do trabalho científico das personalidades abordadas, a narrativa historiográfica é atravessada, no conteúdo e na retórica, por ressonâncias de Antero de Quental e das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*” (p. 24).

Ou seja, o autor não compreendeu o que é significativo e valioso na obra de Gomes Teixeira (possivelmente por não conhecer as obras dos historiadores que o precederam), e apenas deu atenção a um aspecto formal de apresentação do seu conteúdo.

A falta de informação que permita a contextualização do que o autor afirma deixa o leitor sem possibilidade de poder ajuizar por si o que está a ler. Por exemplo, afirma-se: “Não tem sido valorizada a acção de Pedro José da Cunha [...] um dos poucos defensores activos na Academia portuguesa do valor da investigação científica” (p. 78). Se não estou em erro, depois de se dizer que este matemático foi Presidente da Direcção da SPM, é a única

frase neste livro de quase 90 páginas onde ele vem mencionado⁵. Não só nada acrescenta para justificar esta afirmação como nada se diz em concreto do que Pedro José da Cunha fez, nem qual a sua relevância para a matemática portuguesa.

O texto parece-me ter falta de documentação, deficiente argumentação histórica e algumas interpretações, no mínimo, duvidosas. A ausência da explicitação das fontes impede que se compreenda a sua fundamentação. O livro merece uma análise mais detalhada, mas vou limitar-me a indicar três pontos onde o autor me parece notoriamente equivocado: a apreciação da Companhia de Jesus, (e, associada a ela) a acção do Marquês de Pombal; e sobre António Aniceto Monteiro.

3.2 Sobre a Companhia de Jesus

Uma das maiores autoridades sobre a Companhia de Jesus é Ugo Baldini, que muito tem investigado e publicado sobre a Assistência Portuguesa. Ele mostrou claramente que as várias Assistências têm comportamentos diferentes e delimitou as características da Assistência Portuguesa, fazendo uma análise histórica. Nessa análise ficaram evidenciados os seus pontos fortes e as suas fraquezas. Em particular mostrou como a fraqueza científica da generalidade dos jesuítas portugueses no século XVII, que se agravou com a recusa da Assistência Portuguesa (nisto secundada, parcialmente, pela Assistência Espanhola) em modernizar o conteúdo do seu ensino científico⁶, levou a direcção da Companhia a enviar para Portugal elementos cientificamente qualificados, alguns dos quais foram enviados com a explícita indicação de ensinar na Aula da Esfera. Esta deliberação foi pressionada pela necessidade de enviar jesuítas com bons conhecimentos científicos para o Oriente. A Companhia de Jesus pensava que se poderia converter a China e o Japão ao cristianismo utilizando um argumento de excelência científica dos seus membros. Esses membros teriam de viajar por meio da Assistência Portuguesa, pois nas regras da Companhia estava deliberado que só estavam autorizados a ir para a China e para o Japão os missionários que viessem por meio dessa Assistência. Podemos, pois, compreender que foi por motivos

⁵Se o autor soubesse bem poderia ter mencionado aqui o facto já atrás referido de Pedro José da Cunha ser o primeiro autor que em artigo publicado contesta aquilo que Jorge Buescu denomina a “narrativa convencional”. Possivelmente, a menção deste matemático deve-se a que o autor quer aconselhar os investigadores em história da matemática a tomarem mais atenção à acção de Pedro José da Cunha em prol da investigação científica, embora ele próprio nada diga sobre o assunto.

⁶Apesar de a isso instada várias vezes pelos Gerais da Companhia.

circunstanciais, e não inerentes aos jesuítas portugueses, que houve ensino de qualidade na Aula da Esfera. Não está aqui em questão a importância do ensino feito pelos jesuítas, mas sim a sua contextualização, a apreciação de um ponto de vista histórico.

Alguns dos artigos de Ugo Baldini, essenciais para quem quer compreender a acção da Companhia em Portugal, foram publicados ou em Portugal ou em Actas sobre a acção de Portugal como elemento transmissor de cultura científica entre a Europa e a Ásia Oriental [3, 4] e são uma referência obrigatória para quem quer falar da Companhia de Jesus em Portugal. Tudo isto é omissivo no texto de Jorge Buescu, que não só parece desconhecê-los como faz da Companhia de Jesus uma leitura simplificadora e linear, não a contextualizando nem mostrando as limitações da sua acção. No fundo, não foi feito um estudo histórico. A quem estiver interessado na actividade científica da Companhia de Jesus em Portugal até à expulsão de 1759, aconselho vivamente os dois artigos de Ugo Baldini sobre este tema indicados na Bibliografia, artigos de grande qualidade, escritos por um historiador de imenso prestígio na comunidade internacional dos historiadores da ciência, e que, tendo acesso às fontes documentais, tem a vantagem extra de ser completamente exterior à Companhia de Jesus, não tendo qualquer tipo de condicionalismos na orientação da sua investigação e da sua escrita.

3.3 Sobre o Marquês de Pombal

Não me vou alongar neste ponto; apenas sublinho a falta de análise histórica e o quase completo negativismo que se coloca na apreciação da acção do Marquês de Pombal (apenas é referido que “o seu contributo mais notável foi, contudo, o relevo dado ao ensino experimental das ciências”, p. 57), chegando-se ao absurdo de dizer “O pouco que de ciência se ensinava em Portugal morreu com a expulsão dos Jesuítas” (p. 17), aliás contradito pelo próprio autor, que se vê obrigado a falar primeiro da tentativa que foi o Colégio dos Nobres, e depois da reforma da Universidade de 1772. E é preciso lembrar que a Companhia de Jesus não era a única ordem religiosa a desenvolver o ensino em Portugal, por exemplo, tem de se ter em conta a importante acção dos Oratorianos (ver, por exemplo, [5]), no que Jorge Buescu é totalmente omissivo. Não esqueçamos, por exemplo, que a formação inicial de José Anastácio da Cunha foi dada pela Companhia do Oratório.

O modo como está escrita toda a apreciação sobre a acção do Marquês de Pombal é de facto muito acrítica e sem qualquer análise histórica, levada a um extremo que se torna difícil de entender que tenha lugar hoje, no início do século XXI, não se percebendo bem o que ou quem, neste particular

aspecto, influenciou o autor. Por muito que se possam criticar aspectos da reforma de 1772, acho que é inquestionável o avanço global que ela implicou para o conhecimento e ensino matemático na Universidade, com a criação da Faculdade de Matemática e o estabelecimento de um plano de estudos moderno de que constavam algumas das matérias de ponta então ensinadas na Europa, incluindo os cálculos diferencial e integral. O autor até atribui ao Marquês de Pombal a causa do desconhecimento das obras portuguesas pela comunidade científica internacional: “em grande parte pela imposição pombalina de escrever em português” (p. 59)! No que diz respeito à Matemática, a acção de Pombal, por meio da reforma universitária de Monteiro da Rocha, foi altamente positiva; houve um núcleo de matemáticos que saiu desses primeiros anos da reforma e que passou a publicar sobre matemática e astronomia; passámos a ter, com alguma regularidade, nas *Memórias* da Academia das Ciências⁷ (não “Anais” como está na p. 71), e mais tarde noutras revistas, publicações nestas áreas sobre temas contemporâneos, algumas das quais de valor, conforme já foi chamada a atenção em vários artigos publicados [6, 7]. Aliás, um dos aspectos omissos neste ensaio é qualquer referência à acção científica da Academia das Ciências, o que é de facto uma falha grande considerando que foi a mais importante instituição científica portuguesa do século XIX, congregando os cientistas e literatos portugueses⁸. Só no último quartel do século XIX é que perdeu essa liderança nas ciências matemáticas, aquando do aparecimento, em 1877, do *Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas* de Gomes Teixeira, passando esta revista a ser o principal pólo dos matemáticos portugueses. Claro que a acção de Pombal teve aspectos negativos, como os que resultaram da expulsão dos jesuítas, como a inerente destruição das redes de ensino básico, causando uma situação catastrófica, e esse facto tem de ser realçado, mas isso não invalida o muito de positivo que então se fez.

Ao analisar a obra meritória dos jesuítas, como aliás em qualquer análise histórica, tudo se tem de contextualizar, a missão do historiador, que é exte-

⁷O autor refere que as *Memórias* não se publicaram entre 1800 e 1814 (p. 59), sendo para ele mais uma indicação da “paralisia científica” que se seguiu à reforma de Pombal. Também aqui não há contextualização histórica. É preciso ter em conta que as reformas de Pombal tiveram na sua versão original uma vida curta, e que após a morte de D. José em 1777 houve grandes modificações no aparelho de Estado. E, não esqueçamos, houve as invasões francesas de 1807 a 1811 que convulsionaram o país, e que são um dos responsáveis desse hiato (que é até 1812, ano de publicação da Parte I do Tomo III, e não 1814 como está escrito).

⁸Para uma interpretação e análise mais abrangentes da matemática portuguesa no século XIX é igualmente necessário ter em conta um aspecto que o autor não refere: no século XIX a Matemática em Portugal é feita principalmente por militares de carreira.

rior às questões e que tenta agir de modo independente, é precisamente a de ter em conta todas as perspectivas e o máximo número de dados, sabendo que a realidade não tem nada de linear e que não há visões simplistas da história que sejam exactas e enriquecedoras. Aliás, vemos aqui o dilema dos historiadores ligados por crença ou por determinação a certas organizações (que não é o caso aqui) quando têm de fazer a história dessas mesmas organizações, e que se vêem colocados entre a missão que lhes foi atribuída internamente, de realçar os aspectos positivos da acção da sua organização, e a obrigação moral de dar uma visão histórica, rigorosa e independente, da mesma. Para as instituições religiosas, há um problema extra que resulta dos planos diferentes em que agem: é preciso não esquecer, por exemplo, que, no plano do ensino, elas também actuavam com um interesse próprio, para poderem eventualmente seleccionar para a sua ordem os estudantes que julgassem mais capazes; nada disto é negativo, apenas se quer referir a complexidade de análise destes temas; estamos aqui longe de um ensino desinteressado para o bem da comunidade (independentemente de também se tentar agir para esse interesse).

3.4 Sobre António Aniceto Monteiro

Parece-me ser a parte mais fraca de todo o livro. O autor nunca tem em conta a especificidade do período particular da história portuguesa em que se insere a acção de António Monteiro, e com base em duas informações que por si só não permitem respostas conclusivas, e sem mais pesquisa alguma, formula uma teoria que me parece de todo errada.

Creio que o documento central que Jorge Buescu invoca para a sua interpretação é o processo de Monteiro na PIDE:

“Uma consulta ao magro processo de Monteiro na PIDE [...] revela que o dossier de Monteiro foi instaurado apenas em 1967. Ou seja, aparentemente Monteiro não terá interessado à PIDE até essa data. A sua ficha [...] inicia-se com um pedido ao serviço de registos de “informações prévias sobre este indivíduo”. A resposta, de 9 de Março de 1967 é esclarecedora: “nada consta” [...] O documento mais antigo no seu processo é o recorte de uma entrevista dada a um jornal brasileiro em 1961” (pp. 83-84).

Conclusão do autor: não foi da polícia política (nem das forças do regime) que vieram as obstruções a Monteiro que o fizeram pedir para sair do país em 1943, mas sim “dos elementos mais reaccionários do meio académico” (p. 84) e acrescenta: “Se o fizeram com o recurso ou não a autoridades

superiores dentro do regime é algo em aberto, pois não parece existir registo documental num sentido ou noutro” (p. 84).

Sobre António Monteiro há muito material disponível e, portanto, o que o autor encontrou nos Arquivos da PIDE na Torre do Tombo (também referenciado na Fotobiografia de Monteiro que é citada na Bibliografia [8] pp. 152–155) deveria tê-lo alertado para que seriam precisas outras consultas e cruzamento de dados, pois o que concluiu da informação que obteve contradiz a maioria das informações que há sobre essa questão⁹. Para além disso, o autor não teve em conta a data do documento. Se o documento que refere é de 1967, isto significa que o dossier é constituído e a informação é pedida, sobre uma pessoa que tinha já saído do país havia cerca de 22 anos. Com este dado, a única informação que é a base do seu raciocínio pode ter uma interpretação diferente: o caso de Monteiro de 36 a 45 já poderia estar arquivado e o “nada consta” seria relativo a um período temporal mais perto da data em que o pedido de informação é feito. Mas, mesmo que assim não fosse, (e tudo indica que o autor não se informou como funcionavam os arquivos e o sistema de informações da PIDE), não era só pela PIDE que o Estado exercia a sua repressão. Por outro lado havia toda uma acção da PIDE que não era documentada. Por exemplo, os clubes de matemática terminaram por acção do Estado, que dificultou ao máximo a sua existência e funcionamento, e no entanto parece que não há um único documento escrito do regime que determine o seu encerramento. E, não esqueçamos, num país dominado por uma ditadura, uma parcela significativa dos quadros superiores da Universidade é dada a simpatizantes do regime, que com ele colaboram na vigilância aos elementos considerados ou problemáticos ou oponentes, pelo que a oposição de elementos universitários a Monteiro pode ser uma confirmação da acção repressiva do Estado. Neste sentido, o artigo de Jorge Buescu lembra-nos a necessidade de estudar estas conexões, de vermos quais as ligações entre a ditadura e os quadros superiores das Universidades. Há exemplos claros de figuras importantes do regime dessa época que, simultaneamente, o foram na Universidade, como é o caso de José Caeiro da Mata (1877–1963) que foi reitor da Universidade de Lisboa de 1929 a 1946, Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1933 a 1935 e Ministro da Educação Nacional de 1944 a 1947; e de José Gabriel Pinto Coelho (1886–1978) que foi Reitor da Universidade de Lisboa de 1946 a 1956, e

⁹Também é necessário ter em conta, embora possivelmente não seja determinante para o caso dos matemáticos dos anos 40, que houve muito material documental destruído pela PIDE no 25 de Abril de 1974, e o processo de controle dos seus arquivos não foi nem simples nem linear.

Presidente da Câmara Corporativa de 1946 a 1949. Creio que esta precipitação do autor em tirar conclusões de uma única fonte (manifestamente insuficiente) resulta da sua intuição da validade de uma tese e, como o facto encontrado pode ser enquadrado nela, não procurou ir mais fundo, cruzar documentos e contextualizar o que descobriu.

Não se pode equacionar toda a problemática de António Monteiro em Portugal entre 1936 e 1945 sem se ter em conta a sua impossibilidade de ter cargos públicos por não ter assinado a célebre declaração de fidelidade ao Estado Novo, indicada no decreto-lei 27.003 de 14 de Setembro de 1936, facto que o autor refere (p. 81), mas a que não dá o peso que acho que lhe é devido. Monteiro ia ganhando a vida com explicações e como funcionário temporário do Instituto para a Alta Cultura, trabalhando no seu serviço de inventariação da bibliografia científica, o que mal lhe dava para ele e a sua família viverem. Este facto foi um elemento de peso para Monteiro decidir ir para o Brasil e não o facto de ter colegas na Universidade apoiantes do fascismo. Há imensos testemunhos deste facto, mas cito uma carta de 7 de Novembro de 1945 (Monteiro tinha partido para o Brasil havia meses) de Manuel Valadares, o expoente maior da Física Portuguesa desse tempo, ao director do jornal *República*¹⁰:

“Regressado ao País e mau grado o valor dos trabalhos que realizara no estrangeiro, não encontrou lugar no corpo docente de nenhuma das três Faculdades de Ciências do País. Passou então a viver com uma modestíssima bolsa que o I. A. C. lhe concedeu; passados alguns meses, exigiram-lhe, para poder continuar a ser bolseiro, a assinatura de um compromisso político — que pessoa alguma lhe havia imposto ao enviá-lo para o estrangeiro. Tendo-se recusado a assinar um compromisso que repugnava a sua consciência, deixou de ser bolseiro, e a sua vida e a dos seus decorreu, de aí em diante, em condições de dificuldade económica que, por vezes, roçaram pela miséria”.

A mesma pressa de tirar conclusões se pode ver no que Jorge Buescu diz sobre a extensa citação de Monteiro no seu artigo de introdução à secção “Movimento Matemático” intitulado “Origem e objectivo desta secção”¹¹ (o artigo não se denomina “Movimento Matemático”, como está indicado pelo autor) publicado no número 10 da *Gazeta de Matemática*, em Abril de 1942, pp. 25–26, em que Monteiro se refere aos que dificultam a modernização

¹⁰Carta transcrita em <http://antonioanicetomonteiro.blogspot.pt/2011/04/no-centenario-da-faculdade-de-ciencias.html>.

¹¹A secção tinha começado no número anterior com a publicitação de um acontecimento de importância transcendente para os matemáticos portugueses, que foi a visita a Portugal de Maurice Fréchet, mas não tinha sido feita a sua apresentação.

do conteúdo e do ensino das ciências matemáticas (pp. 81–82). Aqui, Jorge Buescu quer ver uma alusão exclusiva às forças retrógradas da Universidade, àqueles que são pela estagnação e pela rotina. É óbvio que o texto se refere a eles, mas não só: os que “tremem perante a ideia de uma juventude estudiosa consagrando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram”, e aqueles “que consideram como revelações de inteligência e da capacidade a adoração da rotina que o uso consagrou e de que eles são por vezes os mais legítimos representantes” (p. 82 no texto de Buescu, p. 26 na *Gazeta*) não parecem ser só os elementos mais retrógrados do meio universitário. Não pode haver leituras simplistas e literais, que não tenham em consideração o período histórico que se vivia. É preciso ter em conta que se estava a viver em ditadura, e uma ditadura que desconfiava do grupo de matemáticos onde se incluía Monteiro e que publicava a *Gazeta*. Como em qualquer ditadura, para se poder escrever algo que não agradaria ao regime, era preciso usar subterfúgios. Não seria, de modo algum, possível criticar abertamente o regime; a crítica teria de ser vista nas entrelinhas e estar suficientemente dissimulada para poder passar na censura. Esta foi uma prática aprendida pela oposição portuguesa ao longo de décadas. Neste sentido, a ideia de uma juventude que pensasse pela sua própria cabeça, que lutasse por uma causa pela qual eles (sem os nomear explicitamente) nunca lutaram, que tomasse a iniciativa, que não aceitasse as rotinas estabelecidas pelos guardiães da ordem, vai muito mais além do domínio estrito da matemática. Não há dúvida de que os garantes do regime deveriam tremer perante a hipótese colocada por Monteiro: poderia ser o princípio do fim da ditadura (porque deixava de se poder reproduzir) se essa juventude pudesse fazer o que aí está escrito.

Parece totalmente sem fundamento o que Jorge Buescu afirma:

“[...] saturado da obstrução dos colegas, decide abandonar o país em 1943.[...]” (p. 18)

Já atrás dei elementos para se compreender que esta perspectiva não é aceitável. Mas, no próprio artigo citado pelo autor, há uma parte que foi omitida na citação transcrita, em que Monteiro dá conta das grandes transformações operadas e no êxito que elas estão a ter:

“É indiscutível que assistimos hoje no nosso país a uma verdadeira efervescência de actividade no campo das ciências matemáticas. Demonstram esta afirmação o aparecimento sucessivo no curto espaço de cinco anos de *[enuncia seguidamente as muitas realizações feitas e as que se anunciavam para breve]*. Tôdas estas organizações e publicações trabalham por um ressurgimento da cultura matemática portuguesa! Se tudo isto é

muito animador, e nos permite ter esperanças de um triunfo mais ou menos próximo, não devemos ter ilusões de espécie alguma sobre as dificuldades que nos esperam!” (*Gazeta de Matemática* n^o 10, pp. 25–26.)

De modo algum isto é uma afirmação de alguém “saturado da obstrução dos colegas”, mas sim a de alguém que verifica que o seu trabalho (e o dos seus colegas) está a ser levado a bom porto e que não teme enfrentar as dificuldades que prevê irem existir. Quem conhece a vida de Monteiro sabe bem que ele nunca temeu enfrentar as dificuldades, desde que sentisse que estava no caminho certo. O Prefácio da *Fotobiografia* de Monteiro, escrito por um dos seus alunos, Roberto Cignoli, inicia-se exactamente salientando este aspecto, que sempre tanto impressionou quem o conheceu:

“António Aniceto Monteiro dejó profundas huellas de su paso por los tres países en los que actuó: Portugal, Brasil y Argentina. En los tres debió afrontar penurias morales y económicas, que no consiguieron doblegar su espíritu de luchador incansable en prol de la investigación matemática, la que consideraba un aporte esencial para el desarrollo científico de los países” (p. 15)

Jorge Buescu não faz qualquer pesquisa para fundamentar as suas afirmações. Quem eram esses colegas que faziam obstrução a Monteiro? Como agiam? Não há qualquer investigação sobre este assunto, portanto o autor nada pode dizer; contudo, essa hipótese é dada como certa e é isto que me parece profundamente errado. Ainda sobre Monteiro, dou aqui o exemplo de um estudo aprofundado sobre um tema similar, a estada de Monteiro no Brasil (1945-1949) e as dificuldades que lhe colocaram. O estudo é feito por António Passos Videira [9] e nele se descreve, em detalhe, os problemas que colocaram a Monteiro na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, nomeando-se os seus opositores e descrevendo as suas acções. Este, sim, é um estudo cuidado e detalhado de um pesquisador que nos deixa esclarecidos sobre o tema em questão e nos mostra, também, as ligações entre o mundo académico e a política.

Mas, infelizmente, há mais imprecisões: é falsa a afirmação que o autor faz:

“Desencantado, recusa-se sequer a acompanhar à distância o desenvolvimento da matemática em Portugal” (p. 18)

Jorge Buescu deveria ter visto com mais cuidado a *Fotobiografia* sobre Monteiro que indica na Bibliografia final, pois aí tem (pp. 120–123) a transcrição do artigo com que ele contribui em 1954 para o número 9-10 da revista *Ciência*, revista da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, comemorativo da “1^a Semana da Matemática”, um número

extraordinário onde publicam artigos, além de Monteiro, Vicente Gonçalves, Ruy Luís Gomes, Sebastião e Silva, Gustavo de Castro, Dias Agudo, Pedro Braumann, Hugo Ribeiro e Tiago de Oliveira, e onde é igualmente incluído o *Elogio Histórico de Daniel da Silva* por Gomes Teixeira. Nesse artigo, significativamente intitulado “Problemas da Cultura Matemática Portuguesa” [10] é analisada, como escrevi noutra local [11] “a conjuntura matemática portuguesa de então, localizando o que considera ser o seu problema central e procurando apontar as vias consideradas mais eficazes para a sua superação” (p. 143). A escrita deste artigo, nove anos após a sua saída de Portugal, é uma prova inequívoca de como Monteiro seguia o que se passava no seu país, e em particular na Universidade. E, note-se, ele escreve na revista da Associação da sua Faculdade, da Faculdade onde se formou e onde, apesar de não ter podido leccionar oficialmente, deu variados cursos de actualização matemática.

Monteiro manteve sempre a oposição à ditadura portuguesa enquanto ela existiu, não ao mundo universitário. A sua oposição a Portugal foi sempre política; há imensas provas disso em toda a correspondência que manteve com colegas e amigos ao longo do tempo. Numa carta a Manuel Sertório, escrita em Bahia Blanca a 29 de Maio de 1961, no começo da guerra colonial, afirma:

“Estamos frente a uma guerra colonial que só terminará com a derrocada do fascismo e a instauração dum governo provisório revolucionário; a menos que se consiga interromper a guerra pela intervenção da ONU.”

Em carta de 10 de Julho de 1970 para Maria Laura Lopes, uma investigadora cuja tese de livre docência¹² (na época, no Brasil, só havia doutoramentos em Matemática na Universidade de S. Paulo) foi orientada por Monteiro no Rio de Janeiro nos anos em que viveu no Brasil, diz ¹³:

“Volto para a Argentina sem ir a Portugal. [...] Tive o cuidado de escolher um barco que não pára em Portugal. Ao sair de Vigo talvez veja a costa de Portugal de longe! O fascismo continua em Portugal devido ao apoio inglês e yanque. Assim são as democracias ocidentais e cristãs! A palavra de ordem «abaixo o fascismo» não perdeu atualidade desde a década de 30, inclusive em França”.

Para terminar as minhas observações sobre este tema: a todos os que queiram informar-se sobre António Monteiro e o movimento matemático

¹²A tese de Maria Laura Lopes foi a segunda tese de Matemática defendida por uma mulher no Brasil.

¹³Este extracto de carta vem citado num texto de Circe Mary Silva. Tanto este texto como a carta anterior vêm transcritos em antonioanicetomonteiro.blogspot.com.

português dos anos 40, aconselho vivamente *António Aniceto Monteiro, uma fotobiografia a várias vozes*, SPM, 2007, o número especial do Boletim da SPM com as *Actas do Colóquio do Centenário de António Aniceto Monteiro*, SPM, 2008 e o livro de Augusto Fitas e António Videira, *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Instituto Piaget, 2004. Também tem muita informação o Catálogo da Exposição *Movimento Matemático 1937-1947*, edição C.M.L./Museu República e Resistência, 1997, com coordenação e textos de João Mário Mascarenhas, João Soares, Graciano Neves de Oliveira e Ilda Perez. O blog de Jorge Rezende, mencionado na nota 13, é igualmente vivamente aconselhado: para além da imensa documentação reproduzida, aí é indicada abundante bibliografia adicional.

4 Apontamentos finais

Para concluir: tenho toda a consideração pelo meu colega Jorge Buescu, que conheço já de longa data. Pretendi com este meu texto, apenas, chamar a atenção sobre este importante facto: a análise histórica da matemática tem de ser feita com um grau de rigor grande, de algum modo equivalente ao da investigação em Matemática (não poderá ser igual já que, claramente, são dois tipos de discurso e de raciocínio diferentes). Todas as achegas são boas para melhorarmos a análise de um tema, e no texto de Jorge Buescu há efectivamente indicações que fazem pensar e podem ser temas de futura investigação. Não podemos é tirar conclusões apressadas, sem uma base segura de dados, pois com isso estamos, potencialmente, a introduzir mais erros na visão que queremos tornar mais abrangente e mais correcta.

Os objectos da Matemática e da História da Matemática têm muito em comum, mas os métodos de análise de uma não se podem aplicar, literalmente, à outra. Mesmo as suas lógicas são diferentes. Um *não* em Matemática é muito diferente de um *não* em História. Não se pode ler textos de História como se fossem Matemática. Sem uma perspectiva e uma sensibilidade particular à história da Matemática (sensibilidade que só pode ser moldada com a prática) não se consegue trabalhar, produtivamente, nesta área.

Mesmo assim podemos aplicar algo da Matemática à História: como diz, com sabedoria, um colega meu, do facto de não se conseguir demonstrar um teorema não podemos, apressadamente, concluir que ele seja falso.

Referências

- [1] Garção Stockler, F. de B., *Ensaio historico sobre as origens e progressos das mathematicas em Portugal*, Paris: P. N. Rougeron, 1819.
- [2] Pedro José da Cunha, *As Matemáticas em Portugal no século XVII*, separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências, **3**, 1940.
- [3] Baldini, U., “The Portuguese Assistancy of the Society of Jesus and Scientific Activities in its Asian Missions until 1640”, Proceedings of the First Meeting *History of Mathematical Sciences: Portugal and East Ásia*, Lisboa: Fundação Oriente, pp. 49–104. 2000.
- [4] Baldini, U., “The teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal, from 1640 to Pombal”, *Actas do Colóquio A Prática da Matemática em Portugal*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbringensis, pp. 293–465, 2004.
- [5] Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 399–402, 1986.
- [6] Agudo, F.R.D., “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da ciência”, In: *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Vasconcellos Marques, A., Peixoto, J. (Eds.), Volume II, Academia das Ciências, Lisboa, pp. 1301–1340, 1986.
- [7] Saraiva, L.M.R., “Mathematics in the Memoirs of the Lisbon Academy of Sciences in the 19th Century”, *Historia Mathematica*, Vol. 35, pp. 302–326, 2008.
- [8] Rezende, J; Monteiro, L; Amaral, E. (coordenadores), *António Aniceto Monteiro: Uma fotobiografia a várias vozes*, SPM, 2007.
- [9] Videira, A.P., “António Monteiro no Brasil (1945-1949): uma breve passagem com resultados duradouros”, *Actas do Colóquio do Centenário de António Aniceto Monteiro (1907-1980)*, número especial do Boletim da SPM, pp. 183–211, 2008.
- [10] Monteiro, A., “Problemas da Cultura Matemática Portuguesa”, *Ciência*, Revista da Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, 9–10, pp. 72–75. 1954.
- [11] Saraiva, L.M.R., “António Aniceto Monteiro, no centenário do seu nascimento: o percurso português, 1936–1945”, *Actas do 5º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática*, Câmara Municipal de Castelo Branco, pp. 129–146, 2011.